



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
COMEMORATIVA DO VINTE E CINCO DE  
ABRIL DE DOIS MILE DOZE**

----- No dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, teve lugar, no Regimento de Infantaria de Viseu, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Florbela de Almeida Correia Coutinho (justificada), José António Santos Esteves Correia (justificada), José dos Santos Costa (justificada), Manuel de Almeida Pereira (justificada), Marco Alexandre Ferreira Rodrigues (justificada), Rui Alexandre Rodrigues dos Santos (justificada), Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, Carlos Fernando Ermida Rebelo, Daniela Filipa Cardoso Pereira, Manuel de Abreu Lameira, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, Pedro Agostinho da Silva B. M. Antunes e Tiago André de Andrade Coelho Pinhel. -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão, dizendo o seguinte: Então muito bom dia a todos, está aberta a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Começava por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, agradecendo desde já a sua presença, os Senhores Vereadores, cumprimentar também o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, todos os nossos Convidados. Aqui uma palavra especial para uns convidados mais novos que temos hoje entre nós, alunos do Agrupamento da Escola Infante D. Henrique de Jogueiros, do Agrupamento da Escola Grão-Vasco da Ribeira e do Colégio da Via-Sacra, porque tomámos a iniciativa de convidar os agrupamentos envolvidos na Assembleia Municipal Infantil que vai decorrer no próximo mês e, como sabem, também terá como tema o papel do Regimento de Infantaria de Viseu no Vinte e Cinco de abril e na construção da democracia. Como sabem também, esta Sessão irá decorrer da forma habitual, com os Partidos a usarem da palavra no início da Sessão, eu depois próprio também usarei da palavra e convidei o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria para depois nos fazer uma preleção sobre o papel que hoje tem o Regimento de Infantaria de Viseu, não só no contexto local, nacional, mas também internacional. E antes de mais, convidaria o Senhor Comandante a dar as boas vindas, porque estamos nesta sua/nossa casa e portanto convidava-o a dar as boas vindas aos presentes. -----

**-UM – O SENHOR COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE VISEU:** Então muito bom dia a todos, bem-vindos ao Regimento de Infantaria Catorze, a esta vossa casa, a esta Instituição da cidade de Viseu. É com muito gosto que os recebemos aqui para esta Sessão Extraordinária comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Pese embora as condições meteorológicas não serem muito convidativas, eu espero que possamos passar aqui uma manhã muito agradável. Para nós é uma honra, é um privilégio e é um gosto participar nesta sessão solene. Bem-vindos e espero que passem uns momentos agradáveis na nossa companhia. Obrigado. -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Comandante. Desde já, na sua pessoa, cumprimento todas as mulheres e homens que servem aqui neste Regimento e desde já agradecemos a disponibilidade manifestada, bem como lhe pedia que



endereçasse ao Senhor General C.E.M.E. (Chefe do Estado Maior do Exército) também os nossos agradecimentos pela forma muito disponível como desde logo se prontificou a receber esta magnífica iniciativa aqui no Regimento de Infantaria. Iríamos então dar início às intervenções dos Partidos Políticos, cumprindo o Ponto Um da nossa Ordem de Trabalhos. Dou a palavra ao Senhor representante do Bloco de Esquerda. -----  
**-DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu e restantes Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais, permitam-me que dedique esta intervenção à memória do meu camarada Miguel Portas, fundador e dirigente do Bloco de Esquerda, economista, jornalista, fundador da revista Vida Mundial e de um dos mais inovadores projetos da história da imprensa em Portugal, o Semanário Já, investigador e divulgador da história dos povos ligados pelo Mediterrâneo, que faleceu ontem num Hospital de Antuérpia, vítima de cancro de pulmão, doença que não o impediu de cumprir até ao fim as suas responsabilidades de Deputado Europeu, tinha entre mãos o Relatório do Parlamento Europeu sobre as contas do Banco Central Europeu. Mas evocar Miguel Portas é também honrar o seu passado de lutador antifascista, foi preso aos quinze anos, no limiar da militância comunista. A ele e a milhares de outros como ele, devemos nós hoje a liberdade. Permitam-me ainda que partilhe convosco a emoção que experimentei ao ouvir a crónica que Miguel Portas gravou para a Antena Um, em direto da Praça Sintagma, em Atenas, para onde viajara para ver na Grécia o futuro de Portugal, armadilhado pela austeridade e pela perda de soberania e de onde nos transmitiu este facto extraordinário, que escapara à profusão de notícias e comentários com que os “media” nos atafulham o cérebro com informação seletiva: quatrocentos operários de uma fábrica de produção de aço mantinham-se em greve há cento e dezassete dias, em solidariedade com sessenta e cinco camaradas despedidos, exigindo a sua readmissão. À pergunta do eurodeputado como aguentavam cento e dezassete dias de greve numa situação de tamanha austeridade, os operários responderam que só sobreviviam graças à comida, bens e dinheiro que lhes mandavam os seus camaradas de outras fábricas metalúrgicas, organizados em comités de solidariedade. Extraordinário, não é? Pois foram exemplos de solidariedade, tão extraordinários como este, que fizeram da Revolução de Vinte e Cinco de abril um período único e inesquecível na vida de muitos portugueses. Hoje, a solidariedade, neste sentido de mobilização coletiva ao serviço da comunidade, passou a ser considerada subversiva, como prova o triste e inadmissível despejo, com recurso a desproporcionada força policial, solicitada pelo autoritário Presidente da Câmara do Porto, dos ocupantes da Escola da Fontinha, abandonada há seis anos, e onde, desde abril do ano passado, funcionava um projeto sócio-cultural, com voluntários de todas as idades, embora jovens na maioria, que depois de limparem e recuperarem o edifício vandalizado, prestavam apoio a uma comunidade carenciada, jovens e idosos, com atividades lúdicas e pedagógicas, tais como ioga, xadrez, capoeira, música, laboratório de fotografia, teatro, artesanato, aulas de português, espanhol, alemão e inglês, apoio nos trabalhos de casa das crianças e preparação de refeições para muitas dezenas de adultos e crianças retiradas da rua e da fome, graças à solidariedade de mercearias e comerciantes locais. Na comemoração de mais um aniversário do Vinte e Cinco de abril, ocorre perguntar se terá de ser apenas “mais um”, como se estivéssemos aqui no cumprimento de um mero ritual em risco de extinção, poupado, por enquanto, pela transigência de um governo apostado em cortar não só direitos, salários, subsídios, pensões, férias, mas também feriados religiosos e civis, mais destes que daqueles, apesar da laica República. Há tinta e oito anos, o golpe militar do MFA, mais não pretendia - e já não era pouco - do que derrubar a ditadura que transformara Portugal num país atrasado, analfabeto e amordaçado, para acabar com a guerra colonial, na iminência de uma derrota que ao fim



de treze anos, provocou, só do lado português, cerca de dez mil mortos, quinze mil deficientes físicos e calcula-se que cem mil vítimas de stress de guerra. Mas o povo português, aproveitando o balanço e a brecha na muralha do Estado, ousou catapultar-se para uma revolução política, social e cultural. A Revolução derrubou a ordem social estabelecida, transformou as forças armadas em movimento armado revolucionário, ilustrado nas palavras de ordem “Nem mais um só soldado para as colónias!” e “Soldados sempre, sempre ao lado do Povo!”, obrigou a Junta de Salvação Nacional a libertar todos os presos políticos, a extinguir a PIDE, Spínola já tinha nomeado um novo Diretor-Geral e a consumir a descolonização ao fim de quinhentos anos de escravatura e colonialismo saqueador e racista. O povo português, com o apoio dos “filhos do povo fardados”, derrotou os golpes contrarrevolucionários da direita e extrema-direita spínolista a vinte e oito de setembro de mil, novecentos e setenta e quatro e onze de março de mil novecentos e setenta e cinco. Spínola foge para a Suíça de onde é expulso por armar e organizar os bombistas do MDLP, que espalharam terror e morte de Norte e Sul de Portugal. Mas a Revolução haveria de sucumbir à armadilha do vinte e cinco de novembro que levaria à prisão de centenas de militares de abril, como Mário Tomé, Otelo, Campos de Andrade e muitos outros, poria fim à Revolução ao fim de uns longos seiscentos dias. A partir daí foi o que se viu: a transformação paulatina de Portugal no País com os pobres mais pobres e os ricos mais ricos da Europa. Uma “elite” política que se alterna no poder, num novo “rotativismo” gerador de corrupção, uma Justiça cega e paralítica, velhos e novos capitalistas que mamaram e desbarataram os fundos europeus em vez de os aplicarem no desenvolvimento sustentado do país. Mas as conquistas daquele ano e meio de Revolução resistem com dificuldade aos ataques mais ferozes desde o Vinte e Cinco de abril. A começar pelo programa mínimo: “A paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação”, como dizia o Sérgio Godinho na canção “Liberdade”. O pão volta a faltar, como testemunham as instituições de solidariedade social, laicas e religiosas, que já não conseguem matar a fome a tanta gente; a habitação começa a ser difícil de pagar, com as famílias, entaladas entre o desemprego e o corte de salários, subsídios e pensões, a entregar as casas aos bancos, a quem ainda ficam a dever, pasme-se, a Educação volta a ser para os ricos, com milhares de estudantes a abandonarem o Ensino Superior, cem por dia, dizia uma reportagem televisiva; o Serviço Nacional de Saúde, uma das mais bem conseguidas conquistas de abril, continua a ser desmantelado por este governo, como denunciou o seu “criador” António Arnault, em recente entrevista televisiva, onde reconheceu iguais responsabilidades a ministros ditos socialistas. O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, tentou pôr uma bomba ao retardador na Segurança Social, com mais uma tentativa de teto contributivo, mas até Bagão Félix e Manuela Ferreira Leite tiveram medo dos estilhaços sociais e o Ministro recuou. A Revolução popular alcançou outras conquistas, algumas garantidas na Constituição, como o salário mínimo nacional, descanso semanal, férias pagas, liberdade sindical, direito à greve, proibição de despedimentos sem justa causa, direito à segurança social, a igualdade dos sexos na lei, o direito ao divórcio civil para os católicos casados, a não discriminação por razões de género, de etnia, de religião, de sexo, território de origem ou orientação sexual. A Paz. Essa não falta. Temos paz social, já que o povo é sereno e de brandos costumes. Desde que os jornalistas não se metam pelo meio, sobretudo os estrangeiros que são mais difíceis de controlar, a polícia de choque trata de meter o povo no redil, como antes de abril. Basta identificar os jornalistas que estão a trabalhar. Os restantes não estão a trabalhar, logo, só podem ser malandros ou suspeitos. Quanto à paz propriamente dita, a militar, também a temos. Pelo menos dentro de casa. Mas é demasiada responsabilidade para ser deixada apenas aos militares, da mesma forma que a política é demasiado importante para ser deixada apenas aos políticos. Daí a necessidade de todos os cidadãos intervirem mais ou menos ativamente na política Para defenderem os seus direitos sociais e para garantir a paz. Para que os militares não se vejam obrigados pelos políticos a fazer a guerra fora de portas, como aconteceu com a invasão do Iraque, a partir da mentira



armadilhada das armas de destruição massiva de Saddam, quando foram os EUA e o RU que usaram armas proibidas e de destruição massiva, como o fósforo branco, no bombardeamento de cidades como Falluja, massacrando milhares de homens, mulheres e crianças inocentes. O Serviço Militar Obrigatório instituído pela revolução francesa como exercício de cidadania, levou os cidadãos soldados a esmagarem os seus irmãos da Comuna de Paris, primeira experiência efémera de poder exercido diretamente pelo povo e a servirem de carne para canhão nas invasões napoleónicas dos outros povos da Europa. As forças armadas profissionalizadas, constituídas por voluntários, foram a alternativa à justa abolição do Serviço Militar Obrigatório. Mas corre-se o risco de se transformarem num exército de mercenários ao serviço de poder político menos democrático ou de estratégias imperialistas como aconteceu com a NATO? Nos Estados Unidos da América, onde em dois mil e oito, houve cento e quarenta militares no ativo que se suicidaram, têm aumentado os exércitos privados de mercenários, cento e vinte mil soldados privados no Iraque. Mais uma vez a resposta está na democracia. No controlo democrático das Forças Armadas pelos órgãos do poder representativo e da participação popular nas decisões do poder - democracia participativa. Há ainda uma última instância: a consciência de cada um. O direito de dizer não à injustiça e à prepotência. O dever de desobedecer. Como fez o cônsul Aristides de Sousa Mendes, beirão de Cabanas de Viriato, que salvou milhares de judeus e outros perseguidos pelos nazis, ao decidir desobedecer a ordens expressas de Salazar, que lhe instaurou um processo e o condenou à aposentação forçada e à miséria da sua numerosa família, que teve de recorrer à sopa dos pobres, em Lisboa. Em Israel este dever de desobedecer tem feito aumentar o movimento de “refuseniks”, em hebraico “aquele que recusa”. A maioria são jovens objetores de consciência seletiva que aceitam pegar em armas para defender o seu país, mas não para cumprir o serviço militar obrigatório nos territórios ocupados em atentados aos direitos humanos dos civis palestinianos. Como têm de efetuar um período de reserva anualmente, os homens até aos quarenta e cinco anos e as mulheres até aos vinte e quatro anos, são presos consecutivamente. Talvez não estivéssemos hoje a comemorar o Vinte e Cinco de abril se um soldado desconhecido, ou quase, o aspirante Sottomayor, não tivesse desobedecido às ordens do Coronel que comandava os tanques de Cavalaria Sete que no Terreiro do Paço barrava o caminho à coluna de Salgueiro Maia, retirando o percutor da peça, tornando assim inútil a ordem de disparar sobre os heróis de abril. O Vinte e Cinco de abril também se deveu à luta de milhares de desertores e mercenários da guerra colonial que, segundo dados do Estado-Maior do Exército, divulgados em 1988, foram sendo cada vez mais ao longo da guerra, sendo de 11,6% em 1961 e de 21% em 1972. Outros cálculos apontam para quase um terço dos jovens em idade militar, que foram, correndo risco de vida ou de prisão, engrossar a corrente migratória clandestina para França, Alemanha e outros países. Hoje, a importância de comemorar o Vinte e Cinco de abril já não é tanto o lembrar a luta pelo Socialismo que todos os partidos, exceto o CDS, votaram na Assembleia Constituinte, mas mais recuperar a memória da luta coletiva pela mais ampla democracia, representativa e participativa, num país onde o governo, com as costas quentes pela Troika, ousa defender e pôr em prática a suspensão temporária da Constituição e da Democracia e insiste em reduzir o Poder Local, extinguindo ou agregando freguesias, as autarquias de maior proximidade, a que se seguirão os municípios, impondo soluções à revelia da vontade dos autarcas e das populações. Vinte e Cinco de abril, Sempre! Governos da Troika nunca mais! -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado representante do CDS/PP, mas estou a verificar que não está presente nenhum dos dois Senhores Deputados. Então passaríamos à intervenção seguinte. Dou então a palavra ao representante do Partido Socialista. -----

**-TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores



Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Exmo. Senhor Comandante do RI Catorze, Exmos. Senhores Capitães de abril, Exmo. Senhor Coronel Costeira aqui presente, restantes Individualidades Convidadas, Exmo. Público e Comunicação Social presente. Hoje estamos aqui reunidos para comemorar o trigésimo oitavo aniversário do golpe de estado de Vinte e Cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro. Foi na madrugada deste mesmo dia que o denominado movimento dos Capitães, conseguiu levar a cabo, a quase poética missão de derrubar um regime ditatorial e devolver aos portugueses a primavera de todos os sonhos, ao som dos hinos e vivas de liberdade. Foi um período muito especial da história de Portugal, era o tempo de saborear sensações novas revestidas de uma sensibilidade coletiva de partilha, de tolerância e de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, à saúde, à justiça e à partilha do bem-estar social. Foram tempos únicos, carregados de esperança na consecutiva destruição dos símbolos do anterior regime e na pacífica construção do novo paradigma da jovem democracia portuguesa. Para além de todos os males inerentes a um regime ditatorial, Portugal era um país atrasado a nível industrial, cultural, económico, com uma taxa de emigração muito elevada, uma guerra colonial em três frentes, com grande contestação externa ao nível dos países e das instituições democráticas. Internamente a população residente, que ficava privada dos jovens, visto que estes eram lançados para a guerra sem razão aparente, estavam no limiar da tolerância, apesar da propaganda institucionalmente organizada, evocando os maiores valores patrióticos para tão absurda cruzada. Os próprios militares, maioritariamente já tinham tomado consciência da inutilidade da afirmação de Portugal pela força das armas. Mas hoje estamos a realizar esta cerimónia simbólica da Revolução do Vinte e Cinco de abril, também denominada a “Revolução dos Cravos”, no RI Catorze, local onde se desenvolveu uma atividade militar, determinante para atingir os objetivos de derrubar um regime, que apesar de repressor e ditatorial, já estava esgotado e anquilosado. Para falar da intervenção de Regimento de Infantaria de Viseu, geralmente denominado RI Catorze, no Golpe de Estado de Vinte e Cinco de abril de setenta e quatro e da sua missão no presente, devemos reportar-nos aos primórdios da sua existência. Esta unidade militar tem a sua génese nas unidades formadas na região da Beira Alta, após a restauração de mil seiscentos e quarenta, com o intuito de defenderem as fronteiras de eventuais incursões das tropas Espanholas. Em 1642, foram criados os Terços de Almeida e Penamacor que recrutavam efetivos nas comarcas de Viseu, Guarda e Castelo Branco. O Regimento de Infantaria Catorze tem a sua constituição associada à transferência do Batalhão de Infantaria Número Vinte e Quatro em 1841 de Viana do Castelo para Viseu, sendo em 1842, transformado em Regimento de Infantaria Número Catorze. Nesta reestruturação o RI Catorze herda também as tradições históricas de unidades inseridas em Viseu, nomeadamente o Regimento de Infantaria Número Onze e o Regimento de Caçadores da Beira Alta. Ao longo da sua existência esteve presente em teatro de guerra nas batalhas da revolta da “Maria da Fonte”, nas batalhas associadas às Invasões Francesas, na Primeira Grande Guerra e na Guerra do Ultramar cumprindo a sua missão com bravura. A sua intervenção na Revolução dos Cravos esteve personalizada num conjunto de homens, jovens capitães que aqui quero homenagear e propor um merecido reconhecimento de louvor por esta assembleia aos então Capitães: Diamantino Gertrudes da Silva, Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira, Aprígio Ramalho, António Luís Ferreira do Amaral e Amândio Augusto, pela sua inteligência, audácia, bravura, espírito de sacrifício, sentido de responsabilidade pela defesa da cidadania, conseguiram pôr em prática uma arriscada operação, com o maior sucesso e sem qualquer derramamento de sangue. A missão do RI Catorze dentro do esquema geral da manobra do Golpe de Estado foi, numa primeira fase, deslocar uma companhia auto transportada para a Figueira da Foz, a fim de agrupar uma Companhia do RI Dez, uma Companhia do CICA Dois e uma bateria dez virgula cinco centímetros do RAP Três. Numa segunda fase, deslocar, depois de constituído na Figueira da Foz, o agrupamento “November”, tentando atrair a adesão das forças do RI Sete e RI Quinze. Uma terceira fase consistiu em deslocar, o





agrupamento para Peniche a fim de preservar a integridade física dos presos políticos. Numa última fase deslocar o agrupamento para Lisboa a fim de reforçar as forças em operação na capital. Por outro lado, parte da guarnição ficou na defesa do RI Catorze e constitui-se como reserva, às tropas deslocadas em operação, que regressaram no dia vinte e sete de abril vitoriosas e merecidamente aclamadas pela população. Atualmente o RI Catorze está vocacionado para operações militares de resposta a crises, operações de combate ao terrorismo e de contrainsurreição, mas é em missões de manutenção da paz integrando a Brigada de Intervenção, com quartel-general sediado em Coimbra, que tem desempenhado a sua atividade com maior relevância, nomeadamente: Bósnia e Kosovo em 2000/2002, Timor em 2001, novamente Kosovo em 2005/2006/2007 e mais recentemente no Afeganistão, pesem embora os constrangimentos económicos que Portugal e a generalidade dos países estão sujeitos. A conjuntura económica que nos atinge atualmente é de difícil compreensão, arrasta-se há bastante tempo e o poder político tarda em encontrar as melhores respostas para repor o crescimento económico. Por conseguinte, só a inversão da tendência generalizada da degradação das condições de vida dos povos é que os fará lograr. No decurso dos últimos trinta e oito anos, Portugal atingiu uma evolução muito considerável aos vários níveis, contudo nem sempre se escolheram as melhores opções, nomeadamente, no que toca ao desmantelamento dos setores agrícola e das pescas, com recursos naturais de excelência e que incompreensivelmente estão demasiado longe de responderem às necessidades de consumo interno. A evolução do ensino em Portugal produziu um conhecimento cada vez mais especializado e a investigação atingiu um patamar muito considerável, fruto de uma aposta certa dos governos socialistas, contudo assistimos a um nível intolerável de desemprego, essencialmente nos jovens, que os atira para a emigração, com apadrinhamento do atual primeiro-ministro e restante governo, onde vão a custo zero produzir riqueza e nós ficamos sem a energia, a riqueza intelectual e a inovação necessária para se poder sair deste paralisante estado da Nação em que nos encontramos. Os ideais do Vinte e Cinco de abril, proclamados pelos Capitães acima designados, estão hoje no entender do Partido Socialista seriamente ameaçados, uma vez que os sacrifícios não são repartidos equitativamente. Não é tolerável que os direitos adquiridos dos trabalhadores sejam considerados privilégios descabidos e em contra partida, certos gestores e banqueiros tenham remunerações escandalosas, estes mesmos gestores, que apesar de tão bem remunerados, não são capazes de gerar ativos, levando as empresas a estado de rutura, atingindo gravemente a economia e a vida de todos nós. A política de empobrecimento instalada em Portugal e em alguns países da União Europeia nunca poderão ser parte da solução, mas mais um contributo para o desnivelamento entre os países da mesma comunidade económica. Assistimos, com a complacência do atual governo, a um enriquecimento de certos países, ao ponto de a Alemanha obter juros mais baixos atualmente do que antes da crise, enquanto outros, nomeadamente Portugal, verem os juros da dívida soberana cada vez mais elevados. O Estado Social em Portugal, construído com o esforço de todos e que nos colocou em níveis de grande qualidade e bem-estar, no tocante ao Serviço Nacional de Saúde, é alvo de reformas profundas que poderão ser geradoras de injustiças e motivo de retrocesso nos indicadores de saúde nomeadamente em relação à esperança de vida. Por isso é tempo de repensar o futuro, é tempo de unir esforços no sentido de criar uma sociedade mais justa, solidária e responsável, mas também é tempo de inverter a ação política, no sentido de impedir que alguns ganhem ignominiosamente com os sacrifícios e agruras da generalidade da população. Viva o Vinte e Cinco de abril, Viva Portugal. -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado representante do PSD. -----

**-QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria Catorze, Senhores Deputados, Senhores



Presidentes de Junta, Senhor Comandante da GNR, Senhores Jornalistas, demais Entidades civis, militares e religiosas, minhas Senhoras e meus Senhores. Comemoramos hoje os trinta e oito anos do Vinte e Cinco de abril. Esta data constitui o nascer de uma justa e renovada esperança para todos os portugueses e, deste ponto de vista, será da mais elementar justiça dizermos, aqui e agora, que tal desiderato foi alcançado. Cometeram-se alguns excessos, vicissitudes e porque não dizer, alguns erros, no período imediato à Revolução de abril, mas a maturidade do povo e dos seus dirigentes souberam rapidamente ultrapassá-los. É de reconhecer o papel de extrema importância que foi desempenhado pelos capitães de abril e por toda a estrutura militar que, sem derramamento de sangue, conseguiram abrir e devolver a esperança da democracia ao povo português. O local escolhido para a comemoração do Vinte e Cinco de abril em Viseu é o RI Catorze, este belo local onde nos encontramos. Cabe aqui uma homenagem especial a todos os militares deste Regimento que contribuíram para o êxito de toda a operação. Fica pois, Senhor Comandante, o nosso agradecimento sincero a todos aqueles militares deste Regimento que se envolveram nas conquistas e que foram os portadores da chave que abriu as portas da esperança e da democracia ao povo português. Esta esperança residia na possibilidade daquilo que ficou conhecido pelos famosos três dês do Vinte e Cinco de abril – Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Isto porque, apesar das décadas de cinquenta e sessenta terem sido épocas de ouro em termos de crescimento económico em Portugal, havia que as complementar com a melhor e mais equitativa distribuição da riqueza e uma maior justiça social, canalizar a acumulação desta riqueza para o desenvolvimento sustentado da economia e promover o fim da guerra do ultramar, que continuava a ceifar vidas dos jovens que eram o futuro da nação. De todos, o processo de descolonização foi o que teve mais vicissitudes, mas ainda assim, e muito por mérito dos denominados Retornados, Portugal tinha conseguido absorver de forma notável os milhares de portugueses que, nessa altura, se tinham visto forçados a abandonar as ex-colónias. Estas comemorações do Vinte e Cinco de abril ocorrem num período que é para muitos de incerteza, receio e até alguma amargura, a crise financeira despertada por um endeusamento dos princípios do Mercado conduziu-nos a um contexto europeu e mundial caracterizada por um aumento brutal do desemprego, pela desaceleração da economia e pela ameaça de recessão. Mas vejamos um pouco o que entretanto se passou, sem com isto quereremos fazer a história de quase quarenta anos: Com o processo de integração na então CEE, Portugal conheceu um novo período de crescimento económico; menos intenso e menos prolongado do que aquele que tinha acontecido nas duas décadas antes da revolução mas, ainda assim, um período em que nos aproximamos ao nível de vida dos nossos parceiros comunitários e europeus. Esse período conheceu um abrandamento no início da década de noventa, ao qual não é indiferente o cumprimento dos critérios de Maastricht, para que entrássemos no comboio da moeda única ao mesmo tempo que todos os demais. O cumprimento destas metas permitiam alcançar o equilíbrio das finanças públicas e da estabilidade cambial, que se consubstanciariam depois de mil novecentos e noventa e cinco, em enormes ganhos que não soubemos, de todo, aproveitar. Não aproveitámos, do ponto de vista orçamental, o crescimento económico da segunda metade da década de noventa e o conseqüente crescimento das receitas fiscais; Não aproveitámos a enorme queda da despesa do serviço da dívida pública, em virtude da aproximação das taxas de juro - do escudo e do marco - no seu trajeto para a moeda única; Não aproveitámos a enorme receita proveniente das privatizações que, de acordo com as regras e o bom senso, deveria ter sido canalizado para redução da dívida pública e não para alimentar o deficit orçamental que se estava a criar. Acresce a tudo isto que, a médio e longo prazo do ponto de vista estratégico, as exportações pouco significaram nesse crescimento, que assentou, fundamentalmente, na procura interna, com impacto, significativo nos preços, sobretudo, dos bens não transacionáveis. Para além do mais, os salários aumentaram para além da produtividade, com a conseqüente perda de competitividade da economia, aumentando os níveis de consumo que, acompanhado da



queda das taxas de juro, levou a uma acentuada degradação da nossa balança de pagamentos e à inevitável acumulação de dívida externa. É o que se chama viver acima das nossas possibilidades. E é este sem dúvida o nosso problema económico e financeiro que hoje temos pela frente. Nesta época, em termos Orçamentais, deveríamos ter acumulado superavit em vez de mais despesa pública, mais défice, mais dívida e, acima de tudo, mais desorçamentação – ocultação de dívida e de despesa, através de projetos financeiros (project finance) para o financiamento de grandes obras públicas, que se traduzem em verdadeiras formas de hipotecar o futuro. Estes factos, acarretando encargos para as gerações futuras, que em nada contribuiriam nem, tão pouco, foram chamadas a participar nas decisões. Assim, crescemos quando podíamos e devíamos ter travado, e, por isso, travamos agora que devíamos expandir, deixando de funcionar os estabilizadores automáticos e assumindo um défice público virtuoso que ajudasse a combater o desemprego e a atenuar os inerentes constrangimentos sociais. O Vinte e Cinco de abril cumpriu a sua função, no entanto, não soubemos ou não quisemos adaptar-nos à evolução do mundo e do contexto em que vivemos, deixando que fôssemos arrastados para o fosso em que caímos. Não é justo termos chegado a este ponto, nem foi para isto que recebemos tantos biliões - marcos e euros - para ajudar o nosso desenvolvimento durante mais de três décadas. A par desta gestão da coisa pública, também não faltou uma mentalidade geral de exagerado incentivo ao consumo. "Gasta-se agora e paga-se depois", apareceu como uma cultura natural, quando devia ser exatamente ao contrário. Com muita responsabilidade da banca e até dos fazedores de opinião que sobre tudo falam e pouco dizem. Fomos, sem dar por isso, caminhando até um endividamento externo, bem superior ao dobro do nosso produto interno bruto. Minhas Senhoras e meus Senhores: Começámos a nossa intervenção dizendo que o Vinte e Cinco de abril trouxe o nascer de uma renovada esperança. Não podemos perder esta fé inabalável que é a esperança de um futuro cada vez melhor e alicerçados nos valores da dignidade humana e na justiça social. Para conseguir este desiderato é absolutamente necessário que acreditemos, primeiros em nós próprios e depois que acreditemos nas instituições e nos nossos governantes. Para tal são necessárias provas de que as instituições, os partidos, e a sociedade em geral funcionam. É absolutamente fundamental que acreditemos no nosso futuro. É por isso que ACREDITAMOS dizer com verdade que o Vinte e Cinco de abril valeu a pena. Não ignoramos que subsistem problemas, que há ainda pobreza, que há desemprego e situações de vida dolorosas para muitos portugueses. Minhas senhoras e meus senhores: Nada na nossa vida nada é eterno. Nenhum regime é eterno e com a forte e acelerada mudança que o mundo tem sofrido, a consequência mais natural é necessária e imperiosa a necessidade de implementar reformas ao nível do próprio regime político. Os paradigmas sociais são diferentes, sendo pois obrigatório efetuar os respetivos ajustamentos daí decorrentes. O poder político, que é o único que é escolhido e controlado democraticamente pelo povo, tem vindo a ser enfraquecido e, nalguns casos a ser descredibilizado. Por isso é necessário ser cada vez mais determinado nas suas decisões, coerente nas suas ações e alicerçado na defesa do interesse público, em detrimento dos interesses individuais ou de grupo. O poder afirma-se pela sua capacidade de bem gerir os recursos financeiros existentes, não podemos gastar as nossas receitas e hipotecar as das gerações futuras. Em democracia, o poder político tem que defender o interesse público e que este, deve sempre, sobrepor-se aos interesses individuais ou de grupo. Se assim não for, o poder político é fraco, e é visto como pouco sério e pouco credível, a lógica funciona ao contrário: o interesse minoritário derrota o interesse público, porque o fraco não tem condições para se impor. Mas se dizemos tudo isto, teremos de vincar que o Vinte e Cinco de abril cumpriu a sua função; nós é que não percebemos que a democracia tem de ser permanentemente acompanhada e renovada, sob pena de se degradar. Poderemos considerar que vivemos em democracia, quando a Justiça se mostra incapaz perante os cidadãos e as instituições e cresce o sentimento de impunidade na sociedade? Poderemos considerar que vivemos em democracia, quando o valor da tolerância é deturpado,





abrindo as portas a que, em muitas circunstâncias, os direitos das minorias se sobreponham aos da maioria? Poderemos também considerar que vivemos em democracia, quando nos endividamos de forma irresponsável e abraçamos crises políticas que nos colocam de joelhos perante o mundo, agravando as injustiças sociais e infringindo pesada angústia e pesado sofrimento a muitos portugueses? A resposta não será difícil de tão óbvia que parece. Vivemos efetivamente em democracia, só que temos dado passos no sentido errado; no sentido de que ela é cada vez mais formal e menos real. Minhas senhoras e meus senhores: Os principais partidos terão que se entender e abrir as portas ao diálogo e à cooperação em nome do interesse nacional. Sem se conseguirem atingir estas metas, iremos seguramente viver momentos ainda mais difíceis do que aqueles que já hoje podemos dar como certos para os próximos anos. Se não houver sentido da responsabilidade e se não se entender que o interesse nacional e do regime se têm de sobrepor a tudo mais, caminharemos para o abismo. Evocar o Vinte e Cinco de abril é o momento exato para se debaterem e reconhecerem as dificuldades e os erros, é dar passos para os ultrapassar. Teimar em não ver o que está diante dos nossos olhos, é, a médio prazo, matar o que tanto nos custou a conquistar há trinta e oito anos atrás. Minhas senhoras e meus senhores: O País atravessa um momento particularmente difícil da sua história recente, talvez, o momento mais difícil após mil e novecentos e setenta e cinco. O programa de ajustamento financeiro a que estamos sujeitos por força da intervenção direta da TROIKA, constituída pelo FMI, BCE e União Europeia, obriga-nos a enormes sacrifícios, pondo em causa o bem estar artificial que foi criado e a que já atrás nos referimos. Teremos que fazer este esforço conjunto e partilhado por todos, sem exceção. Neste, como em muitos outros, ao longo da nossa longa história de mais de oitocentos anos, sempre conseguimos superar as dificuldades e ultrapassar os obstáculos. Temos que acreditar nas nossas capacidades, no “know how” adquirido pelo País, na comunidade científica e nas instituições, na capacidade dos nossos empresários e no empreendedorismo jovem para nos superarmos a nós próprios, restaurando a confiança dos mercados e da comunidade internacional. Temos de acreditar que esta nação, com tanta e tão rica história, saberá, de uma vez por todas, superar as dificuldades e oferecer às gerações futuras um legado de que se possa orgulhar. Temos, para isso, de nos compenetrar que todos somos importantes. Todos, sem exceção! Temos todos de fazer, com profissionalismo e o melhor que sabemos, tudo aquilo que nos compete fazer. Temos todos de pensar em Portugal, porque só assim, Portugal pode voltar a aspirar a ser o que foi no passado. Minhas senhoras e meus senhores: **TODOS, MAS TODOS, TEMOS QUE TER CONSTANTEMENTE PRESENTE QUE: Comemorar o Vinte e Cinco de abril significa atualizar, tornar presente os ideais de abril, significa reconhecer e agradecer a todos os que livremente decidiram pôr em causa a sua liberdade, a sua vida e a da sua família, para nos devolverem um dos mais nobres valores da vida humana a ... Liberdade. Muito Obrigado. Viva VISEU. Viva PORTUGAL.** -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Introduzindo agora o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, irei usar da palavra. -----

**–CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, Caros Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Convidados a esta Sessão do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril, Senhor Coronel Costeira, na sua pessoa cumprimento os Capitães de abril envolvidos na Revolução de abril oriundos de Viseu, Senhoras e Senhores militares do Regimento de Infantaria de Viseu aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais, nesta sessão solene, não é ao som de “Grândola Vila Morena”, mas ao som desta chuva que é bem-vinda nesta altura do ano, comemoramos o trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril e, no fundo, honramos uma tradição que já é antiga desta Assembleia Municipal e gosto sempre de



evocar neste dia o nosso saudoso Eugénio Araújo, que foi a pessoa que iniciou estas comemorações, não só procurando levá-las às diferentes freguesias e ao longo da história, muitas destas sessões foram efetuadas nas freguesias rurais, mas em cada ano procurando trazer um tema a debate, que permita também enaltecer aquelas que são as nossas instituições, neste caso concreto, uma das nossas âncoras do desenvolvimento em Viseu, o Regimento de Infantaria de Viseu. Queria aqui também dar uma palavra muito especial aos nossos jovens convidados, é um gosto tê-los connosco. A razão também de comemorarmos o Vinte e Cinco de abril e de reiteradamente fazermos este tipo de comemorações, também é uma forma de transmitirmos um pouco este testemunho vivo daquilo que foi um marco importante, em transmitir às gerações vindouras, de facto, aquilo que foi o Vinte e Cinco de abril e a importância que tem hoje nas suas vidas. E de facto, os símbolos de um povo dizem o que ele foi e de onde veio, mas dizem também para onde ele vai e o que quer ser. Não existe história nem futuro sem símbolos. Os símbolos são de facto, eles comandam a nossa vida, eles narram a identidade do passado, mas apontam também o sentido e os desígnios de futuro. No brasão de armas do Regimento de Infantaria de Viseu estão simbolizados valores perenes e intemporais, que marcam o passado, marcam o presente e o devir da instituição. Refere este brasão: *“Da humildade dos meios à esperança da vitória. Da unidade na força à coragem na guerra”*. O Vinte e Cinco de abril é também um símbolo vivo e portanto, trinta e oito anos depois, é um símbolo que importa manter vivo, porque foi de facto um dia fundamental para as nossas vidas coletivas e que influenciou de uma forma decisiva o futuro do nosso País. Um símbolo vivo para a nossa história e sobretudo para o nosso futuro coletivo. Um símbolo vivo para o País, para a nossa região e também para a nossa cidade e concelho de Viseu. Celebramos hoje os feitos históricos desse dia. A conquista da liberdade política que nos trouxe a democracia, mas também, mais tarde, a autonomia do Poder Local, fundamental para o nosso desenvolvimento, depois mais tarde também a integração europeia, fundamental para o nosso desenvolvimento coletivo e o desenvolvimento económico, social, cultural, científico e regional. Portugal é pois hoje um país com liberdade de expressão e maturidade democrática. E a aproximação que realizámos nestes trinta e oito anos aos padrões mais elevados de vida foi enorme e que convém também não esquecer. Os domínios desse progresso são tão diversos que se torna tarefa extensa e complexa enumerá-los. Desde o ensino obrigatório, ao sistema nacional de saúde, à proteção social, ao salário mínimo nacional, à cobertura de água e saneamento, às acessibilidades ao interior, à defesa dos direitos do consumidor, o acesso à cultura, à ciência, à tecnologia, à mobilidade social, à abertura de fronteiras, físicas e sociais ... Foram muitos os campos onde tivemos uma grande evolução. Quedava-me em três indicadores que, por si só, falam da evolução que tivemos em Portugal, durante estes trinta e oito anos. Em setenta e quatro a esperança média de vida em Portugal cifrava-se nos sessenta e oito anos, hoje cifra-se nos setenta e nove, conquistámos onze anos. A mortalidade infantil, nós tínhamos trinta e nove crianças que morriam por cada mil que nasciam e hoje atingimos uma boa média, mesmo no contexto internacional, de três crianças que morrem em cada mil, portanto é de facto um salto impressionante. Ao nível dos médicos por habitante, nós tínhamos, em setenta e quatro, um médico por cada mil habitantes, hoje temos quatro por cada mil habitantes, quadruplicámos a capacidade de prestação de serviço de saúde às pessoas. São três indicadores que nos dão bem o exemplo dum caminho que fizemos e que apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades, nos deve orgulhar e quando estamos num momento difícil como este, não deve servir para negarmos todo esse caminho, antes pelo contrário, costuma-se dizer que é nas dificuldades que o Povo se deve unir e que as pessoas se devem unir para as conseguirmos ultrapassar. Mas o progresso, tal como a liberdade, não é algo que se conquistou uma vez. Não é algo que possamos dar por adquirido. Muito pelo contrário. É um desafio permanente, nunca concluído. É um desafio que nos obriga a trabalhar todos os dias para o atingir. O desafio da democracia e do desenvolvimento faz-se todos os dias. É semelhante à reconquista da terra ao mar, nos Países Baixos, que os



obriga, todos os dias, a manter essa conquista, sob pena de a perderem. Hoje, consideramos talvez longínquo e teórico o risco de uma nova ditadura política em Portugal, de um regime autoritário que nos priva da democracia e da liberdade de expressão. Todavia, é a liberdade e a independência que estão em causa quando permitimos que o país contraia um nível de endividamento externo insustentável. Durante a última década, o País viveu com o dinheiro que não tinha, comprando muito mais lá fora do que o que vendeu. A dívida externa subiu de uma forma exponencial desde 2000: de 48,5% do PIB para 107,8% do PIB, em grande parte devido aos elevados défices orçamentais. Entre 1997 e setembro de 2011 a dívida das empresas passou de cerca de 100% para cerca de 150% do PIB, enquanto a dívida das famílias aumentou de 50% para mais de 100% do PIB. Ora, a liberdade de escolher os destinos do País, como os destinos das empresas e das nossas famílias, compromete-se seriamente quando dependemos dos outros para viver. Uma elevada dependência económica e financeira traduz-se numa asfixia da liberdade política de um povo e é bom que tenhamos consciência de que isto assim é. A história política e económica recente do País evidencia-o de uma forma inequívoca e é também dolorosa, até pelas condições em que as pessoas estão a viver neste momento. Estamos hoje a pagar caro a fatura dos excessos e da irresponsabilidade de ontem. Os portugueses enfrentam hoje o desafio de recuperar a sua independência financeira e económica e ao mesmo tempo também em recuperarem a sua credibilidade enquanto País. Torna-se inadiável o esforço de recuperar a sanidade das contas públicas, de corrigir o défice da balança comercial, de diminuir a dependência de financiamento externo do Estado, das empresas e das famílias. Ninguém aprecia sacrifícios, nem nenhum governo, nem ninguém, gosta de impor sacrifícios, mas esta batalha é decisiva para o nosso destino enquanto povo e para os genuínos interesses e expectativas das futuras gerações. É fundamental, hoje, traçar este caminho, até para assegurarmos um futuro a estes jovens convidados que hoje temos aqui, aos nossos filhos e a todos os outros que estão lá em casa. Honrar as conquistas de abril significa, hoje, defender a viabilidade económica do País, a sua autonomia face ao exterior e as funções essenciais do Estado. Significa promover o crescimento e o emprego, nomeadamente o emprego jovem que se situa em números alarmantes. E significa acautelar a sustentabilidade do Estado Social, o que é um dos seus objetivos. Portugal não está em condições de reproduzir aquela máxima de Lampedusa, segundo a qual «é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma». Senhor Presidente da Câmara, Senhor Comandante do RIV, minhas Senhoras e meus Senhores, de facto Portugal teve que mudar de vida e tem que mudar de vida. As reformas e políticas de mudança que têm sido lançadas no País podem, têm e devem ser exigentes no presente, para que efetivamente no futuro possam dar os seus frutos. Da Reforma Laboral, à Justiça, da aposta na Educação, às Reformas do Arrendamento, à questão da Reabilitação Urbana, passando pelo Código de Insolvências, tudo isto são caminhos que o País obrigatoriamente hoje tem que seguir, no sentido de encontrar os seus novos alicerces e poder promover o futuro e é nestes momentos, como já há bocado o afirmei, é nas dificuldades que o País tem que estar unido e todos nós temos que estar unidos. Diria que se há Vinte e Cinco de abril, tal deveria ser um símbolo de unidade, do ponto de vista do comportamento de todos. Este deveria ser talvez o Vinte e Cinco de abril em que mais este expoente deveria ser exacerbado. Já aqui foi dito numa intervenção, talvez estejamos a passar o momento mais difícil da nossa história recente, mas ao mesmo tempo honrando os quase oito séculos de história que temos no nosso País e o ADN fantástico que nos corre no corpo, que é de facto um ADN de resistência e de capacidade para conseguirmos ultrapassar as nossas dificuldades. Acho que não é o momento indicado para se marcarmos posições de dessintonia, em relação a uma paz social e em relação a uma unidade que o País precisa de ter, unidade na diversidade de opiniões obviamente, mas unidade em torno dos sacrifícios que temos que fazer. E neste momento realço aqui também dois aspetos, a economia, apesar de tudo, há sinais que nos encorajam para além de todas as reformas. A economia industrial exportadora do País está a dar sinais encorajadores, que atestam a



resiliência da força produtiva nacional. Em dois mil e onze e comparativamente a dois mil e dez, Portugal registou já uma redução do défice comercial de bens em vinte e cinco por cento, ou seja, em cinco mil milhões de euros, com um aumento das exportações em mais de quinze por cento. Os primeiros meses do ano confirmam esta tendência, que é um bom contributo para compensar as perdas e a recessão no consumo interno. Ainda ontem e relembro porque é de facto uma boa notícia que não deve deixar de ser enaltecida, tivemos a informação e o anúncio de que a NOKIA/SIEMENS irá instalar em Portugal um dos seus três centros principais, em termos internacionais, criando mil e quinhentos postos de trabalho qualificados, ao nível de licenciados e doutorados, o que prova que efetivamente a credibilidade do nosso País está a ser restaurada e que os investidores estrangeiros também estão a acreditar no nosso País. Portanto, são sinais que também devemos enaltecer, porque de facto, para vencer esta crise dependemos apenas de nós, dependemos sobretudo de nós, sobretudo da capacidade que tenhamos para a conseguir ultrapassar. Este ímpeto que está a ser desenvolvido tem que ser um ímpeto de todos e obviamente que também aqui é fundamental o envolvimento de todas as instituições, do governo, dos municípios, que tiveram aqui um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento ao longo destes trinta e oito anos, mas que vão continuar e sobretudo ter ainda um papel mais fundamental no desenvolvimento dos territórios, sobretudo na lógica de criação de valor. As IPSS e as Instituições Religiosas têm hoje aqui um papel fundamental, sobretudo no apoio social às pessoas que necessitam. Os Associações Culturais, os Cidadãos, todos somos chamados a interpretar os desafios que se colocam ao nosso presente. Também assim em Viseu, cidade que preza a liberdade, a autonomia e a prosperidade. Este é o tempo para por de lado interesses particulares, divisões sem sentido e reivindicações egoístas, para sermos mais eficientes, mais solidários e mais empreendedores e o facto de estarmos hoje aqui nesta instituição e percorrendo o seu caminho, talvez nos ajude a perceber como é que é possível ir mudando de vida ao longo de décadas e tendo sempre um papel fundamental em cada um dos momentos Para os desafios de hoje, deve inspirar-nos a coragem e a visão patentes na história do Regimento de Infantaria de Viseu. Do “*nosso*” Regimento de Infantaria número Catorze, a cujo papel histórico na revolução prestamos também hoje tributo. Muitas vezes na vida, habituamo-nos a ter as coisas e a não as valorizar, mas quando as perdemos é que lhes sabemos dar o valor. No caso concreto do Regimento de Infantaria, muitas vezes não nos apercebemos da importância que esta instituição tem, enquanto âncora do nosso desenvolvimento concelhio, distrital e também nacional. E a verdade é que é hoje uma das nossas âncoras de desenvolvimento. Recordava aqui alguns momentos desta vida do “*nosso*” Regimento. Em 1974, o Regimento soube interpretar o momento histórico do país e os desafios que se lhe deparavam. Não hesitou e colocou-se do lado da mudança e do futuro. Ao desempenhar um papel ativo e preponderante nas operações militares do Vinte e Cinco de abril, o Regimento de Infantaria de Viseu contribuiu para defender Portugal e para defender os portugueses. Inscreveu o seu nome e o nome da cidade de Viseu na história da democracia nacional e do Portugal Moderno. Na operação de libertação dos presos políticos que estavam em Peniche, que este Regimento assumiu no Vinte e Cinco de abril, com rigor e descrição, é-nos dado também um símbolo para os tempos de hoje. Um símbolo de coragem, pela liberdade de Portugal. Um símbolo de solidariedade, pela fraternidade. Um símbolo de responsabilidade e disciplina, pela esperança e pelo desenvolvimento do País. Posteriormente, este Regimento não embarçou o cumprimento dos diversos desafios, nem regateou uma réplica positiva nas mudanças que se impuseram nas suas funções. Soube em cada momento reinventar-se, como hoje o País também tem que se reinventar nas suas diferentes funções. Desde logo, na formação e instrução de milhares de recrutas para o Exército, que passou a realizar nas décadas de 80 e 90, assumindo aqui um papel fundamental para o contexto do País. Posteriormente, assumiu a responsabilidade de constituição de um batalhão de infantaria operacional, integrado na Brigada Ligeira de Intervenção. Passou a formar Unidades destinadas a desempenhar missões internacionais,





no âmbito da NATO e das Nações Unidas, cumprindo mais uma vez um desígnio e adaptando-se aos tempos que vivia. Participou de operações no Kosovo, na Bósnia, no Afeganistão. Acompanhou as primeiras eleições democráticas de “Timor Livre”, zelando pela segurança das populações, cumprindo aqui uma função humanitária de acompanhamento da democracia nestes países. Levou a marca da solidariedade e da credibilidade do Portugal democrático e moderno ao mundo. Tem ainda desempenhado, com o mesmo sentido de responsabilidade, operações de carácter complementar, como são exemplos os rescaldos de fogos florestais. Põe assim os seus conhecimentos, homens e meios ao serviço do País e da região. Como se vê nesta sinopse muito rápida, este Regimento soube adaptar-se aos diferentes tempos, cumprindo em cada momento um papel fundamental no desenvolvimento do País e da Região. Acho que este é um bom exemplo, que a todos deve fazer refletir do papel que nos cabe a cada um, porque efetivamente, neste momento difícil, cada um de nós tem uma função fundamental e se cada um de nós a conseguir cumprir da melhor maneira, iremos conseguir de certeza chegar a um bom porto, do ponto de vista do nosso caminho. Portanto, prestar tributo ao Vinte e Cinco de abril tem de ser muito mais do que uma efeméride, tem de ser muito mais do que o cumprimento formal de um ritual fora do nosso tempo, tem de ser um exercício de permanente construção. O Vinte e Cinco de abril será um símbolo vivo e é um símbolo vivo, na justa medida em que soubermos interpretar os desafios atuais da defesa da liberdade e agir de forma consequente, responsável e solidária. Um símbolo que temos, um percurso que fizemos e sobretudo uma nova atitude que temos que ter, para honrar este percurso coletivo que todos fizemos, conseguindo dar um novo Vinte e Cinco de abril ao País, que é assegurar o futuro, sobretudo destas novas gerações. Muito obrigado pela vossa atenção. -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Do ponto de vista da nossa Ordem de Trabalhos, chegámos ao fim da nossa Ordem oficial da Sessão Extraordinária do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Eu convidei o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, exatamente para aproveitarmos esta oportunidade para podermos ter uma noção exata daquilo que foi e é a função desta Instituição e designadamente conhecer uma faceta que muitas vezes é desconhecida de muitos, que é a faceta da participação nestas forças de intervenção internacionais, sobretudo forças de manutenção de paz, forças que permitem construir a democracia em países que não a tinham e sobretudo também uma lógica humanitária de acompanhamento de populações muitas vezes em risco. Convidava então o Senhor Comandante a usar da palavra, exatamente para nos enriquecer com a informação que nos vai dar, no sentido de não só, enfim, numa assembleia em que os principais responsáveis políticos do Concelho aprofundarem o seu conhecimento, mas sobretudo para estes jovens terem uma perceção do que aqui se faz e também para os que estão lá fora, os nossos concidadãos, possam perceber muitas vezes melhor o porquê da existência de Instituições tão meritórias como o Regimento de Infantaria de Viseu. Tem a palavra. ---

**- SETE – O SENHOR COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE VISEU:** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Doutor Almeida Henriques, permita-me que o cumprimente e lhe dê as boas vindas a esta sua casa e fazê-lo também na sua qualidade de Membro do Governo do País, Exmos. Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Doutora Cristina Gomes e Senhor Enfermeiro Elísio Dias, a quem também saúdo e desejo as boas vindas ao RI Catorze, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, deixe-me cumprimentá-lo e dizer-lhe que é sempre um prazer poder desfrutar da sua companhia, Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu, ilustres convidados, minhas Senhoras, minhas meninas e meus Senhores. Em meu nome pessoal e de todas as mulheres e homens que servem Portugal no Regimento de Infantaria Catorze gostaria de vos dar as boas vindas a esta vossa casa e agradecer a oportunidade que me foi dada de podermos



participar de forma ativa nesta sessão solene comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Neste sentido, considero particularmente feliz a iniciativa de comemorar esta data no local de onde partiram, nessa madrugada de esperança, um punhado de militares que, por direito próprio, ficaram para sempre associados a tão importante evento. Foi por isso com satisfação e entusiasmo que aderimos de imediato a esta iniciativa e estamos gratos e satisfeitos por terem querido comemorar esta data na nossa companhia. Gostaria também de agradecer o amável convite que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quis dirigir ao Comandante do Regimento para usar da palavra nesta sessão solene. Quero interpretar este convite como uma forma de homenagear todos os militares que naquela madrugada tiveram a coragem e a nobreza de carácter para participar em tão ousada iniciativa. Quando comecei a conceber esta minha intervenção, deparei-me de imediato com um problema, o que é que eu posso dizer sobre esta temática, a uma audiência tão distinta como esta e que eles já não saibam? Resposta óbvia, nada. Sobre o Vinte e Cinco de abril e as suas consequências já tanta coisa foi dita e escrita que é difícil ser inovador. Por outro lado, centrar a minha intervenção no papel do Catorze de Infantaria nos acontecimentos desse dia não me pareceu ser uma boa ideia, porquanto as gentes de Viseu em geral e esta plateia em particular conhecem bem o contributo que o seu Regimento deu para a nossa história contemporânea, existindo inclusivamente alguma bibliografia sobre o assunto. Assim sendo, como resolver então o problema? E a opção foi estruturar esta apresentação começando por recordar, de forma breve e em jeito de tributo, os acontecimentos e os seus protagonistas e depois aproveitar a rara oportunidade de ter aqui reunidos os principais atores políticos e sociais da cidade e do concelho para nos dar-mos a conhecer um pouco melhor, centrando a minha intervenção em torno da realidade atual do Regimento. Recordar do Vinte e Cinco de abril é, para mim, regressar aos meus quinze anos e à Escola Comercial e Industrial de Bragança, onde na ocasião frequentava o então designado Quinto Ano. Recordo-me de nessa manhã ter chegado à escola por volta das oito e trinta e encontrar na sala de alunos o saudoso Doutor Saldanha, meu professor de Geografia e que, por opção sua, frequentava sempre a sala de alunos e nunca a sala de professores. Era uma figura carismática que os alunos adoravam e nesse dia estava particularmente eufórico. Era imensa a sua felicidade a dar-nos conta que tinha havido uma revolução em Lisboa e que por isso não haveria aulas nesse dia, ao mesmo tempo que nos convidava a ir ali ao lado, ao quartel do Batalhão de Caçadores número Três, para dar o nosso apoio aos militares que tinham derrubado o regime. E foi assim, sob a liderança do Doutor Saldanha, que um grupo de alunos, rapazes e raparigas, nos quais eu me incluía, que foram dar vivas à Revolução e cumprimentar e agradecer aos militares revoltosos. Ainda hoje guardo a imagem dos soldados armados que ocupavam as posições fora do quartel e tenho muito claro na minha mente a imagem do graduado que nos recebeu à entrada do quartel e nos explicou o que se estava a passar, mais tarde vim a saber tratar-se do Pai de um camarada meu da Academia Militar. Pese embora a nossa completa ignorância política e o total desconhecimento das consequências que adviriam daqueles acontecimentos, todos estávamos radiantes e passámos um dia fantástico. Pessoalmente nunca mais o esquecerei, imagino que muitos dos presentes terão vivido uma experiência semelhante aqui em Viseu, ou numa outra localidade onde houvesse uma Unidade Militar. Feita esta pequena nota de carácter pessoal, vamos então recordar, de forma sintética, o papel do Regimento de Infantaria Catorze nos acontecimentos de abril de setenta e quatro. Para não correr o risco de entrar em considerações de natureza subjetiva, relativamente aos acontecimentos ocorridos, optei por fazer uma análise tão pragmática e factual quanto o permitem os relatos das pessoas que foram testemunhas privilegiadas desses acontecimentos, porque as viveram na primeira pessoa. Correndo o risco de me repetir, porque já aqui foram ditos, vamos então aos factos que eu considero de maior relevância. Primeiro facto: o envolvimento do RI Catorze na revolução de abril foi decidida e liderada pelos Capitães oriundos da Academia Militar, curiosamente todos



do mesmo curso, que na ocasião prestavam serviço no Regimento, os Capitães Diamantino Silva, Arnaldo Costeira, aqui presente e a quem presto a minha homenagem, António Amaral e Aprigio Ramalho, a quem posteriormente se juntou o Capitão Amândio Augusto, oriundo do Quadro Especial de Oficiais. Segundo facto: os Capitães do RI Catorze, ainda que com diferentes níveis de envolvimento, assumiram papel ativo no planeamento e preparação da ação militar, que culminou com o derrube do regime então vigente. Terceiro facto: com exceção dos Oficiais Superiores, todos os militares do Regimento aderiram voluntariamente ao Movimento dos Capitães. Quarto facto: a missão atribuída ao Agrupamento “November”, no qual se integravam as forças do RI Catorze, consistia em tomar o Forte de Peniche, para libertar os presos políticos e posteriormente prosseguir para Lisboa, a fim de reforçar as forças que aí já se encontravam em operações. Quinto facto: o risco e a incerteza eram fatores caracterizadores desta operação, exigindo daqueles que a levaram a cabo uma enorme coragem, física e moral. Destacados os factos, vejamos então de uma forma sintética como decorreu a execução da operação. Tal como previsto na ordem de operações e depois de ouvidas as canções senha de Paulo de Carvalho e Zeca Afonso, por volta das três horas da manhã, as forças do Catorze, a Companhia de Caçadores, comandada pelo Capitão Arnaldo Costeira, saía a porta de armas em quatro viaturas pesadas, todas as que havia no Regimento e uma ambulância, com o objetivo de se juntar na Figueira da Foz às restantes forças que constituíam o Agrupamento “November”, cujo comando tinha sido entregue ao capitão Diamantino Silva, também do RI Catorze. No quartel tinham ficado os restantes militares revoltosos, tendo o Capitão Aprigio Ramalho assumido o Comando da Unidade. Integravam também este agrupamento uma Companhia do RI Dez de Aveiro, uma Companhia do Centro de Instrução de Condução Auto Número Dois e uma Bateria de Dez e Meio do Regimento de Artilharia Pesada Número Três, ambas da Figueira da Foz, num total de cerca de seiscentos militares e setenta viaturas. De salientar que após várias vicissitudes, devidas fundamentalmente à falta de comunicações adequadas, o Agrupamento só ficou completo nas Caldas da Rainha, quando as forças do Catorze se juntaram aos restantes elementos. Chegados a Peniche, depararam com a resistência da guarnição do Forte, que se mantinha fiel ao Governo. O Comandante do Agrupamento decidiu então deixar a Companhia do CICA Dois, reforçada com duas secções de obuses, a cercar o Forte, no sentido de salvaguardar a integridade física dos presos políticos. Os restantes elementos do Agrupamento continuaram o seu deslocamento em direção a Lisboa. Por volta das vinte e uma horas, após breve passagem por Monsanto, as Companhias de Viseu e Aveiro deslocaram-se para S. Sebastião da Pedreira, onde ficaram sob o comando do Major de Engenharia Frazão, passando a constituir a força de intervenção na Capital. Nessa noite foi decidido pelo comando do Movimento que a Companhia do RI Catorze iria montar segurança á residência do General Spínola, então Presidente da Junta de Salvação Nacional. Doze horas depois foram rendidas pela Companhia de Aveiro, tendo a força do RI Catorze regressado a Viseu a vinte e sete de abril, terminando assim, com sucesso, a missão que lhe tinha sido atribuída. Sobre a relevância da ação do RI Catorze nos acontecimentos do Vinte e Cinco de abril de setenta e quatro já ajuizaram os mais altos responsáveis do País, quando Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, atribuiu em dois mil o Grau de Membro Honorário da Ordem da Liberdade ao nosso Regimento. Foi a homenagem justa da Nação à coragem e determinação dos militares deste Regimento e ao contributo que deram para a causa da Democracia e da Liberdade. É pois com orgulho que nós militares, que atualmente servimos nesta Unidade e estou certo que todos os viseenses, vemos o Estandarte Nacional à nossa guarda ostentar tão significativa condecoração. Não são muitas as Unidades que têm tamanha honra. Para ilustrar o que acabo de dizer, talvez não seja descabido parafrasear aqui um ilustre viseense que dava conta desse orgulho numa mensagem deixada numa publicação intitulada “ Memórias de abril – O RI Catorze na Revolução” e que passo a citar: “A ativa e meritória participação do RI Catorze neste



rasgar de horizontes constitui marca indelével, que é motivo e tónico para a autoestima dos viseenses”. Fim de citação. O ilustre viseense que acabo de citar é nem mais nem menos do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas. Permitam-me um comentário final, que resulta de uma reflexão pessoal e por isso e ao contrário do que fiz até agora, completamente subjetivo e discutível. Numa perspetiva do profissional militar, quanto mais leio e mais detalhes vou conhecendo da operação do Vinte e Cinco de abril, maior é a minha perplexidade. Porquê? Porque ela desafia toda a lógica em que assenta o processo de decisão militar, tal qual o conhecemos atualmente. De facto, pese embora toda a imprevisibilidade que rodeia as operações militares, existe um conjunto de princípios e pressupostos, sem os quais não é aceitável levar por diante uma operação. Analisando esta operação à distância de trinta e oito anos, constatamos que a observância de tais princípios e pressupostos nem sempre esteve presente e eram muito mais as dúvidas do que as certezas. Por exemplo, que garantia tinham os Capitães do Catorze que os outros militares iriam aderir ao Movimento, se eles só os informaram minutos antes de saírem do quartel? Com que meios auto, com os meios auto de que dispunham, que garantia tinham de atingir o objetivo? Dada a precariedade dos meios de transmissões, como iria ser assegurado o comando e controle da operação? Que conhecimento existia sobre a reação esperada das forças fieis ao regime? Estas são apenas algumas das perguntas para as quais dificilmente se encontra uma resposta adequada. Dito isto, direi também que a dimensão da minha perplexidade só tem paralelo com a dimensão do respeito e admiração que sinto pelos homens que tiveram a coragem e a determinação de, numa situação tão precária e rodeada de tanta incerteza e risco, ousaram lutar por um ideal, pessoalmente não sei se teria tido a sua coragem. Por isso, para todos eles e de uma forma especial para aqueles com quem tive o privilégio e a honrade conviver e de trabalhar, aqui fica a minha gratidão e homenagem. Passadas quase quatro décadas dos acontecimentos de abril e independentemente do juízo que cada um de nós possa fazer sobre eles e sobre as consequências que daí resultaram, todos estaremos de acordo que temos hoje um Portugal bem diferente e muito melhor. Para alguém como eu, oriundo de uma pequena aldeia do nordeste transmontano e que conheceu a realidade antes do Vinte e Cinco de abril, esta é uma verdade absolutamente indiscutível. A massificação do ensino, o acesso generalizado da população a cuidados de saúde com qualidade, a realidade do poder autárquico, por muitos considerada a mais feliz consequência de abril, por tudo o que tem feito em prol da qualidade de vida das populações, são apenas alguns dos bons exemplos que resultaram da instauração da Democracia no nosso País. Claro que foram cometidos erros e dir-se-á que muita coisa poderia ter sido feita de forma diferente. Bem, poder podia, mas não teria sido a mesma coisa. O País mudou e consequentemente as Forças Armadas em geral e o Exército em particular acompanharam essa mudança. No que ao Exército diz respeito foram muitas e profundas essas mudanças. O Exército que eu encontrei em mil novecentos e setenta e nove, quando nele ingressei como Oficial Miliciano, tem muito pouco a ver com o Exército de hoje. As razões para esta mudança são múltiplas, mas pelo impacto que causaram na Instituição, atrever-me-ia a destacar as seguintes. O fim do serviço militar obrigatório e a passagem para um regime de voluntariado e contrato, medida de que, embora compreendendo o racional que está na sua origem, discordo profundamente, por entender que o País terá ficado mais fragilizado, por aquilo que se perdeu em termos de escola de liderança e de transmissão de valores à nossa juventude. A criação dos comandos funcionais e o fim das regiões militares, por aquilo que representa em termos de adaptação dos conceitos doutrinários à realidade e o agilizar e simplificar da cadeia de comando. A participação de Portugal em operações de apoio á paz, pela afirmação que permite do nosso País na cena internacional, pela experiência e motivação que permite aos quadros e tropas e por ter permitido acelerar o tão necessário reequipamento. No quadro desta nova realidade, o Regimento de Infantaria Catorze tem vindo a adaptar-se às novas realidades e é hoje um dos Regimentos de primeira linha, no contexto do Exército. De uma Unidade





vocacionada para a formação do pessoal do Serviço Militar Obrigatório durante as décadas de oitenta e noventa, passou a partir do início deste século a integrar a componente operacional do sistema de forças do Exército, com as consequências que isso representa em termos de missão atribuída ao Regimento. A componente operacional do sistema de forças do Exército é uma responsabilidade do comando das forças terrestres, que para o efeito tem sob o seu comando a Brigada de Intervenção, a Brigada Mecanizada de Santa Margarida e a Brigada de Reação Rápida, composta por forças de Paraquedistas, Comandos e Operações Especiais. O Regimento de Infantaria Catorze insere-se na Brigada de Intervenção, que conta ainda com as seguintes Unidades, que podem ver neste slide. Muito rapidamente, a Brigada de Intervenção tem o seu Comando e a Unidade de Apoio sediada em Coimbra, o seu quartel-general, dispõe de três Unidades de Manobras, duas de Infantaria, uma sediada em Viseu, o Segundo Batalhão, uma segunda em Vila Real, o Primeiro Batalhão e a Terceira de Cavalaria, em Braga, o Esquadrão de Reconhecimento e o Grupo de Auto-Metralhadoras. Tem depois um outro conjunto de Unidades de Apoio e Combate, uma Companhia de Transmissões, que se situa na Escola Prática de Transmissões, no Porto, uma Companhia de Engenharia em Espinho, um Grupo de Artilharia de Campanha, em Gaia e a componente de defesa aérea em Queluz, em Lisboa. Como podem verificar, a Brigada apresenta um dispositivo que se espalha por uma parte significativa do território nacional e podemos dizer que utiliza o famoso conceito napoleónico, de “dispersar para sobreviver e concentrar para combater”. No atual contexto de prestação de serviço militar, baseado no regime de voluntariado e contrato, não tenho dúvidas que este modelo de Brigada, dispersa por várias Unidades ao longo do País, é preferível ao modelo baseado em grandes Unidades concentradas, como é o caso de Santa Margarida. A experiência recente assim o tem demonstrado, com os jovens a procurar colocações junto das suas áreas de residência e/ou em locais que lhes permitam continuar os seus estudos. Neste quadro, as Unidades localizadas em cidades com uma oferta escolar significativa têm uma clara vantagem, sendo este o caso das Unidades da Brigada de Intervenção. Como podem constatar no slide, a missão principal do Regimento consiste em aprontar um Batalhão de Infantaria. Sendo uma missão cujo enunciado é de uma enorme simplicidade, encerra uma grande complexidade na execução, pelo conjunto alargado de tarefas que implica. No entanto e sendo certo que uma parte substancial do nosso esforço é dedicado a esta missão, existe um conjunto de outras tarefas que levamos a efeito, designadamente no âmbito das missões de interesse público e outras em prol da comunidade em que está inserido, como mais adiante mostrarei. Para cumprir a sua missão, o Regimento dispõe de uma estrutura assente em três grandes vetores: o Grupo de Comando e Estado-Maior, vocacionado propriamente para o planeamento e gestão da atividade do Regimento, uma componente fixa, virada para as tarefas de apoio e do dia a dia e uma componente operacional, constituída pelo Segundo Batalhão de Infantaria e que corporizam o encargo operacional que temos a responsabilidade de aprontar. Para levar a cabo a sua missão, o Regimento conta neste momento com um efetivo de quatrocentos e oitenta elementos, sendo quatrocentos e sessenta e nove militares e onze funcionários civis. Longe vão os tempos em que o Regimento tinha na ordem dos dois mil homens, tinha mil e oitocentos sensivelmente, na altura do Vinte e Cinco de abril. Como podem constatar, globalmente o nosso efetivo é inferior ao previsto no quadro orgânico, em cerca de duzentos e oitenta militares. É claro que, enquanto Comandante, gostaria de ter o efetivo a cem por cento, mas sabemos que a situação do País não o permite. No entanto, o RI Catorze, juntamente com o Regimento de Vila Real e Braga, gozam de uma situação privilegiada, quando comparados com os outros Regimentos do País, porque são aqueles que têm um maior efetivo e que contam com o maior número de oferecimentos para aí prestarem serviço. Devo dizer que só não temos mais militares, porque a gestão de pessoal não os quer cá colocar, temos muita gente que gostaria de vir para Viseu. De relevar que deste efetivo onze por cento são femininos e a este propósito gostaria também de dizer que considero a vinda das mulheres para o Serviço Militar uma medida particularmente feliz,



pela extraordinária mais-valia que trouxeram à Instituição. Neste slide podemos ver a distribuição dos efetivos do Regimento por áreas de residência, atualmente o índice de regionalização é da ordem dos oitenta por cento. No entanto, esta percentagem sobe para os noventa por cento, se considerarmos a região numa perspetiva mais alargada, que inclua os residentes nas proximidades dos eixos viários A25 e IP3 e A24. Um outro aspeto relevante na área do pessoal diz respeito à importância que hoje é atribuída à valorização dos recursos humanos. Nesta perspetiva, assume alguma relevância o número de militares com o estatuto de trabalhador-estudante e a frequentar cursos de qualificação profissional. Deixo-vos uns segundos com os números que ali têm. É claro que este estatuto se aplica sem prejuízo das atividades normais do serviço. Na área da logística, gostaria apenas de vos mostrar um slide com as viaturas de que dispomos, onde assumem particular relevância as novas viaturas blindadas Pandur, que equipam o Segundo Batalhão e que trouxeram um extraordinário valor acrescentado, em termos da nossa capacidade operacional, por se tratar de viaturas do mais moderno que existe a nível mundial. Como já disse noutras ocasiões, o RI Catorze tem a felicidade de ser uma das Unidades da Brigada de Intervenção envolvidas neste projeto que é estruturante para o Exército e que nos coloca perante um grande desafio, pelas alterações que provocou na nossa estrutura e pelo salto qualitativo que nos proporciona. Estamos cientes do desafio que este projeto representa, mas estamos absolutamente determinados em não o deixar fracassar. Como é sabido, este é um projeto que se encontra em fase de desenvolvimento e que, devido à difícil situação que o País atravessa, é espectável que venha a sofrer alguns ajustamentos em termos do “timing” de entrega das viaturas que ainda nos faltam, mas estamos muito esperançados que ele seja concluído com sucesso. Portanto, nós neste momento temos quarenta e duas, das sessenta e nove viaturas que organicamente vão equipar o Batalhão. Como devem calcular, uma parte substancial da atividade do Regimento gira em torno do treino operacional do Segundo Batalhão de Infantaria e é a ele que damos total prioridade. Em termos muito genéricos, direi que este treino é efetuado de acordo com as diretivas e calendário do Escalão Superior, sendo realizado de forma faseada, desde as tarefas de nível individual, até às tarefas desenvolvidas pelos vários Escalões que compõem o Batalhão: a Secção, o Pelotão e a Companhia. As tarefas individuais são normalmente treinadas no interior do Regimento, sendo que as relativas a outros Escalões são desenvolvidas no exterior, habitualmente nas regiões das Serras do Crasto e do Trancalhão, mas também noutras áreas. Na semana passada, por exemplo, estivemos em Várzea de Calde durante uma semana e em setembro próximo estaremos nas imediações de Mangualde, no exercício anual da Brigada. O tiro das armas ligeiras é executado em Lamego, nas instalações do Centro de Tropas de Operações Especiais e o de armas pesadas no Campo Militar de Santa Margarida. Os dois slides seguintes dão-nos uma ideia das várias atividades de treino desenvolvidas em dois mil e onze e nos primeiros meses de dois mil e doze. Como podem constatar, é uma intensa atividade operacional, que reflete apenas os exercícios que nós realizamos e que não refletem aquilo que é o nosso treino diário, isto apenas pretende sintetizar os exercícios que nós levamos a efeito. Nos primeiros meses de dois mil e doze, desenvolvemos já estas atividades que aqui podem constatar. Toda esta atividade de instrução e treino tem como objetivo preparar o nosso encargo operacional, por forma a permitir a sua utilização, quando e onde quem de direito entenda conveniente. Foi assim que, por exemplo, aconteceu ao longo dos últimos anos, quando o Segundo Batalhão de Infantaria se constituiu como força nacional destacada em diversos teatros de operações: na Bósnia em 2000/2002, no Kosovo em 2005/2007/2008 e em Timor em 2001, num total de dois mil cento e quarenta e cinco militares que o Regimento já projetou para missões de apoio à paz, fora do território nacional, quer no âmbito das missões da NATO, quer da União Europeia ou das Nações Unidas. Apenas uma curiosidade, o Batalhão do Catorze que esteve em Timor constitui, pelos efetivos que tinha, novecentos e cinquenta homens, a maior Unidade projetada para fora do teatro nacional, depois do Vinte e Cinco de abril. Estas são algumas das missões que o Regimento



fez, enquanto força nacional destacada, mas também em termos individuais e em números mais reduzidos, os militares do Regimento já participaram em missões individuais, seja no Afeganistão, seja no Iraque, seja noutros teatros de operações. Neste momento, dezassete elementos do Regimento integram a força nacional destacada que se encontra no Kosovo. Sendo certo que o treino operacional constitui o cerne da nossa atividade e por isso absorvendo uma parte significativa do nosso tempo e dos nossos recursos, é igualmente verdade que a vida do Regimento não se esgota aí. De facto, ao longo do ano desenvolvemos um conjunto diversificado de outras tarefas, das quais destacaria a participação do Regimento noutras missões de carácter essencialmente militar, nomeadamente em cerimónias, como podem ver no slide, colaboramos em diversas iniciativas desenvolvidas por entidades públicas e privadas da cidade e da região. São muitas as instituições que diariamente nos visitam aqui, nos protocolos que temos de utilização das nossas infraestruturas, são várias as solicitações que temos de entidades locais, enfim, a todas elas nós procuramos, como é nossa obrigação, prestar todo o apoio, na medida das nossas possibilidades. Desenvolvemos também uma intensa atividade e estamos sempre disponíveis para integrar, no contexto das chamadas missões de interesse público, estamos sempre empenhados nestas atividades, designadamente através da participação dos nossos militares em operações de apoio no combate aos fogos florestais, designadamente no rescaldo aos fogos florestais, como recentemente aconteceu em S. Pedro do Sul. No contexto destas missões, o território nacional foi dividido em várias áreas, tendo sido atribuído a algumas Unidades Militares a responsabilidade pela prestação de apoio às entidades locais. Ao RI Catorze foi atribuída uma área de responsabilidade que abrange um total de vinte e nove concelhos dos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, como podem constatar neste slide. Para finalizar esta minha intervenção e em jeito de conclusão, diria que desde os acontecimentos de abril de setenta e quatro até aos nossos dias, o RI Catorze passou por um longo processo de transformação e vive hoje uma realidade significativamente diferente daquela que conheciam os militares que daqui saíram na madrugada do Vinte e Cinco de abril. Reconhecendo o enorme mérito do trabalho daqueles que aqui serviam na ocasião e sem qualquer espécie de pretensiosismo, mas tão somente baseado na experiência adquirida ao longo dos trinta e três anos de vida militar que já levo, não tenho dúvidas em garantir a todos os viseenses, aqui representados por V. Excelências, que o Regimento da sua terra, pela qualidade dos meios humanos e materiais de que dispõe, é hoje uma Unidade muito mais preparada para enfrentar com sucesso os desafios que lhe são colocados, do que aquela que tinham em abril de setenta e quatro. Sabemos das dificuldades que temos que enfrentar e conhecemos as nossas limitações, mas estamos igualmente seguros das nossas capacidades e da nossa determinação e por isso encaramos o futuro com muita esperança. Terminaria agradecendo uma vez mais o terem querido passar connosco esta data de tão grande significado para o Regimento e para os que aqui servem e pela oportunidade que me deram de prestar esta homenagem aos Viriatos envolvidos no Vinte e Cinco de abril e de vos falar um pouco da realidade presente do nosso Regimento. Muito obrigado. -----

**MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Senhor Comandante pela intervenção que fez, pela exposição que nos trouxe, pelo enriquecimento que também nos trouxe, do ponto de vista dos conhecimentos que daqui levamos. Fazendo mais uma vez o agradecimento ao Regimento de Infantaria de Viseu por nos ter acolhido aqui nesta data importante, da comemoração do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril, agradecendo mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Membros da Assembleia Municipal, aos Senhores Presidentes de Junta, a todas as nossas convidadas e a todos os nossos convidados, aos nossos jovens convidados, aos militares presentes, agradecia desde já a presença de todos e daria por encerrada a Sessão. Seguir-se-á um almoço e queria agradecer também aqui à Câmara Municipal e ao Regimento de Infantaria a conjugação de esforços, para que este almoço pudesse ter lugar. Eu presumo que será um Rancho, exatamente, fazendo jus ao bom Rancho que se



come aqui no Regimento. Convido-os então para o almoço, está encerrada a Sessão. Muito obrigado pela vossa presença. -----  
----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
(António Joaquim Almeida Henriques)